

# Em busca das origens das Misericórdias em geral e da Santa Casa do Fundão em particular

*In search of the origins of the Mercies in general  
and of the Santa Casa do Fundão in particular*

JOAQUIM CANDEIAS DA SILVA

Academia Portuguesa da História

Portuguese Academy of History

jcandeias.silva@gmail.com

## RESUMO

Após uma brevíssima introdução de enquadramento ao tema, tecem-se neste artigo algumas reflexões sobre as origens das Misericórdias em Portugal e de modo particular sobre a Santa Casa de Lisboa, mãe de todas as Santas Casas da Misericórdia, para chegar, a partir daí, às Santas Casas do distrito de Castelo Branco e à provável fundação de cada uma. Procurando ter sempre como referência o Compromisso de 1516, que veio a servir a quase todas elas e que motivou a convocação deste Congresso do “V Centenário”, será então posto todo o enfoque na fundação histórica da Santa Casa da Misericórdia do Fundão.

## PALAVRAS-CHAVE

Compromisso, Misericórdias em Portugal, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Santa Casa do Fundão, Santas Casas do Distrito de Castelo Branco.

ABSTRACT

After a very brief introduction to the subject, some reflections on the origins of the Mercies in Portugal, and in particular on the Santa Casa of Lisbon, mother of all the Mercies, are made in this article, in order to reach, from there, the Santas Casas of Castelo Branco district and find out the probable foundation of each one of them. We always sought to keep the 1516 Commitment as a reference, which came to serve almost all of them and motivated the summoning of this Congress of the "V Centennial", where the focus will be laid upon the historical foundation of the Santa Casa da Misericórdia of Fundão.

KEYWORDS

Commitment, Mercies in Portugal, Santa Casa da Misericórdia of Lisbon, Santa Casa do Fundão, Santas Casas of the Castelo Branco District.

## INTRODUÇÃO

Falar ou escrever acerca das origens de uma instituição tão grada, tão relevante e mesmo fundamental no âmbito da nossa sociedade, em pouco tempo, não é fácil, mesmo que limitados ao âmbito distrital ou ao nível concelhio, e até ao local. Com efeito, não obstante a inultrapassável falta de documentação para os tempos mais recuados, muitas são as entradas ou vertentes de análise possíveis; muitas, as vicissitudes, por que ela foi passando ao longo de tantos séculos; muitas, também as ligações entre as diversas Santas Casas, mormente à Casa-mãe de Lisboa.

Num ponto essencial, no entanto, convergem todas elas: os objetivos. Estes, na sua essência, foram e continuam a ser os mesmos de sempre, consubstanciados na prática das Obras de Misericórdia cristãs, sobretudo as sete corporais, em síntese: promover de uma forma continuada e organizada atos de caridade para com os nossos semelhantes, designadamente os mais pobres, os indigentes, as crianças órfãs ou enjeitadas, os doentes e sofredores. Aliás, é esta a etimologia de misericórdia, palavra vinda do latim e já usada pelos romanos do tempo de Jesus Cristo: de *miser*, infeliz, triste, que sofre > *misericos* (-*cordis*), sensível à compaixão por quem sofre.

### 1. ENQUADRAMENTO GERAL

As Misericórdias, praticamente todas as que hoje se encontram espalhadas um pouco por todos os continentes, nasceram assim, remotamente, do preceito cristão do “Amor ao Próximo”: «Amai-vos uns aos outros como Eu vos amei» e «Ama o próximo como a ti mesmo». E esse preceito evangélico, que em bom português podemos traduzir pela velha expressão popular «Fazer o bem, sem olhar a quem», acabou por ser sistematizado na prática dos tempos e dos povos, vindo a traduzir-se no cumprimento das conhecidas “Catorze Obras de Bem-fazer”.

O espírito cristão dessas “Obras” foi-se, pois, convertendo numa ação organizada, ao jeito das instituições medievais, primeiro através das confrarias dos “fratres”, em torno de uma igreja paroquial), e depois por “irmandades”, algumas com albergues já a modos de “casas de misericórdia”. Neste sentido lato, conforme escreveu em 1998 o Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, no seu referencial estudo sobre a Misericórdia de Lisboa, logo a abrir, «A Misericórdia não foi a primeira confraria animada pela vivência da caridade que houve em Portugal. Desde o início da Nacionalidade que a mensagem cristã se traduzira em muitas formas de assistência à enfermidade e à pobreza» (SERRÃO, J.V., 1998). E eu acrescentaria que não foi a primeira nem em Portugal nem na Europa.

Com efeito, houve confrarias homólogas em Itália, França e Espanha. Há autores que sustentam que a primeira deste tipo tenha aparecido em Florença, no ano da graça de 1244, em honra do dominicano S. Pedro Mártir, de tal modo que para a instituição régia do Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa, no ano de 1491, o rei D. João II terá procurado seguir um regimento hospitalar florentino. Mas a verdade é que, conforme veremos de seguida, já muito antes de D. João II e até mesmo antes da confraria hospitaleira de S. Pedro Mártir, havia instituições similares no reino de Portugal.

## 2. EM PORTUGAL, AS ORIGENS CONHECIDAS

Na base de tudo, estiveram – como fica dito – as confrarias medievais, de assistência aos pobres e doentes, que floresceram sobretudo a partir das crises do século XIV, através das chamadas Ordens Mendicantes, de Franciscanos e Dominicanos, e depois também dos Trinitários, Ordem da Santíssima Trindade, e outros. Pelo século XV adiante, a renovação da caridade fez-se, não só com intervenções e estímulos religiosos, incentivando nos fiéis, por exemplo, doações por via testamentária, tendo por finalidade minorar o sofrimento alheio, mas também através da ação de reis e senhores, assim como pela municipalização da beneficência.

Sabe-se que, já em 1479, D. João II, então ainda príncipe, e depois, em 1485, já rei, de forma mais precisa, com a finalidade de reforçar a ação beneficente e melhorar a assistência nacional, pedira a Roma – enquanto sede da cristandade – uma bula pontifícia com vista a juntar num só os diferentes hospitais ou hospícios que havia em cada terra. Essa bula seria pouco depois emitida pelo papa Inocêncio VIII em 21 de fevereiro de 1486 e, de facto, por ela era concedida a D. João II a faculdade de unir os diversos e pequenos hospitais de pobres e de meninos abandonados de cada cidade ou povoação insigne de seus reinos e domínios ao hospital maior de cada localidade.

Tal medida não resultaria, porém, de todo em todo, ou pelo menos não se viram consequências imediatas dessa concessão pontifícia. São conhecidas as dificuldades por que passou esse monarca na sua luta constante contra os poderes instalados, que lhe moveram conspirações, e que o obrigaram, por vezes, a adiar projetos importantes, como foi o da prossecução das navegações oceânicas. Aquele processo arrastou-se por mais algum tempo; mas era visível uma tendência para a centralização política em geral e para a modernização do reino nesse período, reconhecidamente de boa governação, no que se incluía também a assistência.

Entretanto fina-se D. João II. Sucede-lhe o cunhado D. Manuel, mas a tendência de expansão assistencial mantém-se. É nessa linha que, em 1498, a Rainha D. Leonor (1458-1525), viúva de D. João II e irmã do novo Rei, enquanto Regente, na ausência de seu irmão em Castela, institui na capital a Irmandade de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Misericórdia, que depois daria a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.



Fig. 1 – O papel de D. João II e da rainha D. Leonor encontra-se bem patente na iconografia de algumas Misericórdias: na imagem, o caso de Abrantes, com o *pelicano* do rei e o *camaroeiro* da rainha a sobrepujar o medalhão da *Mater Omnium* (Mãe de Todos), datados de 1548



Fig. 2 – Pórtico da antiga Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (hoje igreja da Conceição Velha), mandada edificar pelo rei D. Manuel. Notar, no tímpano, a habitual representação da *Mater Omnium*

Seria esta – e ainda hoje é – a mãe de todas as Misericórdias em Portugal. Rapidamente, o bom exemplo frutificou e, à sua modelar imagem, num movimento imparável e incomparável, surgiram largas dezenas de Santas Casas espalhadas pelo reino e pelo mundo português. Daí, o sentimento do poeta da *Miscelânea*, Garcia de Resende, ao louvar tanto a ordenação desta tão benemérita instituição:

<p><i>Vimos também ordenar A Misericórdia Santa, Cousa tanto de louvar Que não sei quem não s'espanta De mais cedo não se achar:</i></p>	<p><i>Socorre a encarcerados E conforta os justicados, A pobres dá de comer, Muitos ajuda a suster, Os mortos são enterrados».</i></p>
--	--

Importa, todavia, sublinhar que, à luz das mais modernas tendências historiográficas, vem sendo abandonado um mito “estado-novista” segundo o qual todas as “Misericórdias” seguintes, criadas até à morte de D. Leonor, em 1525, são criação dela. Esta ideia, muito difundida, graças, sobretudo, a Fernando da Silva Correia (1944), autor conceituado que foi médico e diretor do Hospital das Caldas, tem vindo a ser reavaliada, pelo que se tende hoje a considerar que foi a Santa Casa de Lisboa a única criada por essa rainha, porque o rei estava nessa altura em Castela, cabendo, portanto, a seu irmão o rei D. Manuel, e não a ela, o mérito da propagação do bom exemplo lisboeta.

Atualmente, existem, em Portugal, 398 Misericórdias ativas, a que poderíamos juntar 80 inativas, de que há memória ou vestígios patrimoniais. Aquelas encontram-se congregadas na União das Misericórdias Portuguesas (UMP). Como entidades supranacionais, temos, depois, duas organizações que reúnem as Santas Casas de outros países europeus

ou do mundo e das quais faz parte a UMP como fundadora: a União Europeia das Misericórdias e a Confederação Internacional das Misericórdias.



Fig. 3 – Misericórdias de Portugal: 398 Santas Casas ativas + 80 inativas (segundo a UMP)

### 3. OS PRIMEIROS “COMPROMISSOS”

O Primeiro Compromisso da Misericórdia da capital, o mais antigo que se conhece e de que existe uma cópia manuscrita, feita para a Santa Casa de Coimbra, data de 1500. O original de Lisboa perdeu-se com o terramoto de 1755 (SERRÃO, J. V., 1998: 32-54 e 573-609). É conhecido um outro, da Misericórdia de Lisboa, de 1502, que não difere substancialmente do anterior, mas seria o de 1516, aprovado por D. Manuel a 15 de novembro e que na essência não divergia em nada do primeiro, aquele que viria a servir de matriz de todas as irmandades já existentes ou a criar em todas as cidades e vilas portuguesas. Encaminhado para o prelo por expressa ordem régia, foi a sua impressão confiada a dois competentes tipógrafos e estava pronta em caracteres góticos num total de XVII fólios no dia 21 de dezembro.



Fig. 4 – Página de rosto da 1.<sup>a</sup> edição do *Compromisso* da Santa Casa de Lisboa, de 1516, dominada pela imagem de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Misericórdia (exemplar da Biblioteca Nacional)

Conforme fica dito, rapidamente o bom exemplo organizativo da Santa Casa de Lisboa se expandiu e depressa deu origem a muitas outras Misericórdias pelo reino e pelo mundo, todas aplicando o modelar *Compromisso* da Casa-Mãe. O próprio monarca se empenharia nisso, ao ordenar que todos os anos se fizesse uma procissão a 2 de julho, dia em que a igreja celebrava a solenidade da Visitação de Nossa Senhora a sua prima Santa Isabel e data que a partir de então passou a servir também de Dia/Festa das Misericórdias.

#### 4. FUNDAÇÃO DAS SANTAS CASAS NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Analisadas de *per si*, as origens históricas da maior parte das Misericórdias não são ainda, de todo, pacíficas, apesar de sobre este assunto já se terem debruçado bastantes autores e ter corrido alguma tinta. E tanto assim é que, recentemente, pretendendo algumas das Santas Casas assinalar as efemérides dos “500 Anos” da sua instituição, se levantaram dúvidas quanto à verdadeira data. É que, com frequência, se confunde Misericórdias com outras instituições similares anteriores, tais como pequenos hospitais ou simples albergarias e confrarias de que se alcança suporte documental desde o século XIII. Sirvam de exemplos, na Beira Baixa, um hospital de S. João na Sertã datável já de 1195 (?), uma albergaria de S. Pedro, na Covilhã, em 1207, e, ainda da Covilhã, uma irmandade de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Alâmpada em 1213, cujos bens transitariam mais tarde para a Misericórdia local (VICENTE, M. G., 2015: 306-313). Em boa verdade, eram realidades bem diferentes...



Fig. 5 – *As Misericórdias*, livro de Costa Goodolphim (exemplar da BNP)

Não restam dúvidas de que ao longo da primeira metade de Quinhentos e mesmo depois, à semelhança do que acontecera em Lisboa, outras Irmandades da Misericórdia vieram a ser instituídas. Todavia, por falta de registos, nem sempre é possível afiançar as datas de fundação de muitas das novas Santas Casas. Num exercício experimental, a partir do estudo de Goodolphim (1897), a que Silva Correia deu continuidade (1944), calculou-se que tenham sido criadas 61 até 1525 e mais 32 até final do século XVI. Citemos algumas: Lisboa (1498), Porto (1499), Coimbra (1500), Santarém (1502), Elvas (1503), Tomar (1510), Castelo Branco (1514), Viseu (1516), Aveiro e Lamego (1519). Contudo, nem todas as que entram naquele cômputo são garantidas, casos de Mação e Proença-a-Velha, em 1500, ou Abrantes, em 1504, havendo muitas outras sem datas definidas.

O caso de Abrantes é paradigmático: a data aduzida por Goodolphim, nunca confirmada, levou os responsáveis da Santa Casa local a comemorar os 500 Anos em 2004, mas sem grande convicção, porque logo se levantaram vozes discordantes em face da total ausência de fundamentação histórica. O que os arquivos tinham e têm é apenas o Compromisso da Casa-Mãe de Lisboa de 1516, este com uma apostilha no final, datada de 27 de novembro de 1528, assinada pelo rei D. João III, a ordenar o envio desse documento à Santa Casa de Abrantes: «para saberem a maneira de que hão de governar a dita confraria». Daí que tenham nascido duas correntes: uma a interpretar que essa Misericórdia teria sido fundada em 1516, a data da Compromisso lisboeta; e outra, mais prudente, a considerar que a mesma teria sido instituída pouco antes daquela data, talvez nesse ano de 1528. Mas há mais. Outro caso é o da Santa Casa da vila da Praia, na ilha Terceira dos Açores, que detém o Compromisso lisboeta de 1516, que lhe foi remetido por um alvará joanino de 6 de fevereiro de 1532. Um outro vem do Sabugal, que, por isso, festejou os seus 500 anos em 2016.

Que lição ou que ilações primárias tirar daqui? A meu ver, é acertadíssimo o conselho do Prof. Joaquim Veríssimo Serrão. Depois de advertir, acerca da referida obra de Silva Correia, que a mesma pode ser útil, mas que «não está isenta de erros», afirma taxati-



vamente: «Cremos que se impõe refazer esta tradição em quase todos os exemplos não comprovados. As versões que chegaram ao nosso tempo tiveram o seu registo na tradição local, mas nem sempre se baseiam em fontes de valor probatório. Os únicos casos que não oferecem dúvidas serão os do Porto, Évora e Coimbra, cabendo a averiguação dos restantes aos estudiosos das respetivas terras e regiões» (SERRÃO, J. V, 1998: 38). Ora, é isso mesmo que estamos aqui a cumprir.

Avançando, então, para um roteiro pelo distrito de Castelo Branco, eis o que, de forma muito resumida, conseguimos apurar de concreto, a começar pela capital distrital e, depois dela, pelas demais áreas concelhias, por ordem alfabética, deixando para o fim o caso específico da Santa Casa do Fundão-cidade, por se tratar da organizadora deste evento:

- Belmonte: acerca desta antiga vila, dizem as *Memórias Paroquiais [=MP]* de 1758: «Tem Misericórdia (...). Seu princípio foi uma irmandade do Salvador que, no ano de 1600, se anexou à capela do Espírito Santo, onde agora é a Misericórdia e, no mesmo se confirmou Irmandade por provisão real [de Filipe II, em 1611]» (MP, 1758: vol. 6, n.º 85, p. 613-620). Embora haja autores a admitir uma fundação mais recuada, não há disso certezas;
- Castelo Branco: a Santa Casa da sede distrital já existia, documentalmente comprovada, em 1514, instituída a partir de uma provisão do rei D. Manuel passada em Almeirim a 16 de fevereiro e dirigida ao ouvidor do Mestrado da Ordem de Cristo, isto na sequência da de Tomar, que fora criada a 8 de dezembro de 1510;
- Castelo Branco, Alcains: As *MP* de 1747 e 1758 nada referem a este respeito; mas, de acordo com documento da Torre do Tombo, (Chancelaria da Ordem de Cristo), chegou a haver nesta vila uma Irmandade do Senhor Jesus do Lírio com hospital e Casa da Misericórdia da mesma invocação, cuja ereção foi autorizada por provisão régia de 6 de setembro de 1742, num edifício situado junto do Largo do Espírito Santo, ignorando-se a data em que deixou de funcionar;
- Castelo Branco, Monforte da Beira: Dizem as *MP*: «Não tem hospital. Tem Misericórdia, que antigamente foi e é ermida do Espírito Santo, e por ordem do Ex.º Senhor D. Nuno de Noronha bispo que foi da Guarda, no ano de 1608, se fez Casa da Misericórdia; não tem papéis alguns» (MP, 1758: vol. 24, n.º 180, p. 1221-1228);
- Castelo Branco, São Vicente da Beira: segundo José Teodoro Prata, a Misericórdia desta vila já aparece mencionada em dezembro de 1572, sendo natural que essa Casa fosse ainda modesta, pois a igreja da Misericórdia data de 1643. Acerca dela, dizem as *MP*: «há na dita vila, e no meio dela confinando com a praça, Casa de Misericórdia, que os moradores da vila edificaram e pediram a sua Magestade, lhe concedesse os mesmos privilégios e isenções que tem a Misericórdia da corte e cidade de Lisboa, o que lhe foi concedido; e é governada esta Misericórdia pelo mesmo compromisso» (MP, 1758: vol. 39, n.º 153, p. 923-958);
- Castelo Branco, Sarzedas: não obstante o mais antigo documento desta Santa Casa ser de 1753, dizem dela as *MP* de 1758: «Tem Casa de Misericórdia, da imediata proteção real, cuja igreja tem sua capela-mor e sacristia, esta sita na Praça, no meio da vila. Não se sabe a sua origem por ser antiga (...) goza de todos os privilégios, liberdades e isenções de que goza a Misericórdia de Lisboa, por decreto de el-rei D. Filipe I, de 21.10.1590, assinado de sua real mão (MP, 1758: vol. 34, n.º 90, p. 719-730);
- Covilhã: De acordo com o Compromisso de 1680, a Irmandade desta cidade teve início em 28 de junho de 1577 e assim vem referida tanto por Silva Correia (1944) como por Vítor Melícias (2000), neste por indicação da própria. Estudos recentes vieram, porém, revelar documentação de arquivo que comprova a instituição em data anterior: é o caso de um alvará de D. João III de 12 de março de 1539, que refere uma esmola à Confraria da Misericórdia da vila e já houve quem, mais recentemente, tenha achado uma data mais recuada, 1512. Aguarda-se validação;
- Fundão, Alpedrinha: à minguia de comprovativo mais recuado, considerámos que a Santa Casa alpetrinense, eventualmente com sua igreja e hospital, foi oficialmente instituída a 24 de maio de 1588, por um diploma filipino específico, a pedido dos moradores e após o necessário parecer favorável do provedor da comarca. A acompanhar o diploma vinha

o correspondente “compromisso”, o qual, pela descrição do alvará régio, deveria ser o da Casa de Lisboa de 1516 (SILVA, J.C., 2002: 55 e 81);

- Fundão, Castelo Novo: sabemos que já existia em 1584, data em que foi lançada a construção da igreja desta Santa Casa, a qual seria completada graças ao produto resultante da venda das ervagens do concelho. O alvará filipino, com vista às obras da sua igreja, está datado de 28 novembro de 1584 (SILVA, J. C., 2002: 150 e 175);
- Fundão, Soalheira: as *MP* dizem: «Tem sim Misericórdia, com assento na igreja de Nossa Senhora das Necessidades. A sua origem foi e é uma provisão real, que requereram há muitos anos os moradores deste lugar» (MP, 1758: vol. 35, n.º 182, p. 1359-1362) A referida provisão, de confirmação régia do Compromisso, foi passada em Lisboa, a 30.1.1694. Cf. Silva (2002: 55 e 289);
- Idanha-a-Nova: desconhecemos a data de fundação. Dizem as *MP*: «Tem Hospital, que administra a Misericórdia pelas suas rendas [...] Tem Misericórdia, cuja origem por antiga não consta» (MP, 1758: vol. 18, n.º (j) 5, p. 39-44). Existe, no entanto, um alvará régio datado de 24 de maio de 1630, no qual se diz que Pedro Afonso de Paiva devia abandonar os cargos de escrivão da Misericórdia e de mordomo da Confraria do Santíssimo Sacramento, por ser cristão-novo. É certo que há uma forte tradição local – aliás seguida pela UMP / Melícias (2000) – de que esta Santa Casa teria sido fundada cem anos antes em 1530, porém sem provas;
- Idanha-a-Nova, Alcafozes: dizem as *MP* «Tem Casa de Misericórdia. A sua origem é muito antiga. Segundo consta dos livros, se acha aprovada com provisão de Sua Majestade novamente passada no ano de 1741, a doze de abril do dito ano, contados os despachos e requisitos necessários» (MP, 1758: vol. 1, n.º 74, p. 531-540);
- Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha: dizem as mesmas *MP*: «Tem Casa de Misericórdia [mas não hospital]. Ignora-se a sua origem; tem de renda doze alqueires» (MP, 1758: vol. 18, n.º (j) 6, p. 45-60). Existe ainda a igreja da Misericórdia local e através dela ficamos com a certeza de que, tanto esta como a sua irmandade, remontam pelo menos ao século XVII;
- Idanha-a-Nova, Ladoeiro: acerca da Santa Casa desta terra, sabe-se que já existia em dezembro de 1581, já que a 21 desse mês recebeu um alvará de Filipe I a autorizar a Irmandade local a vender as ervagens do concelho com vista à construção da respetiva Casa ou capela da Misericórdia, que ainda existe. As *MP* confirmam a existência, mas sem indicação de datas (MP, 1758: vol. 19, n.º 5, p. 23-26);
- Idanha-a-Nova, Medelim: também desta terra as *MP* confirmam a existência, porém sem avançar data alguma: «Tem casa da Misericórdia munto incapaz e não se sabe qual foi a sua origem por ser antiga» (MP, 1758: vol. 19, n.º 5, p. 23-26). A partir de um registo de óbito de 3 de maio de 1742, em que esta Santa Casa é mencionada, tem-lhe sido atribuído esse ano como referência; mas a fundação deve ser anterior;
- Idanha-a-Nova, Monsanto: é tradição local que a Santa Casa Monsanto foi fundada no ano de 1500, data aceite sem crítica por Melícias (2000). A respetiva igreja é, de facto, muito antiga, mas não do dealbar do século XVI. O mais que se consegue alcançar é um alvará de Filipe I, datado de 13 de maio de 1581, em que a Irmandade Monsanto é autorizada a usar dos privilégios concedidos às demais misericórdias do reino;
- Idanha-a-Nova, Proença-a-Velha: Goodolphim e Silva Correia indicam 1500 como o ano da fundação, mas esta é uma data aleatória que carece em absoluto de validação. Dizem dela as *MP*: «Tem esta terra uma Casa chamada Hospital aonde se recolhem alguns passageiros sem renda alguma [...] Tem Casa de misericórdia, e não consta da sua origem» (MP, 1758: vol. 30, n.º 263, p. 1969-1974). Existe, porém, um alvará régio de 6 de agosto de 1618 a autorizar os oficiais da câmara local a dar vinte mil réis à respetiva Irmandade, por três anos, devido à sua pobreza; donde apenas se prova que esta Santa Casa já funcionava antes.
- Idanha-a-Nova, Rosmaninhal: no arquivo desta Santa Casa o mais que se alcança é um livro de Atas que vai de 1855 a 1908, mas as *MP* já a atestam: «Tem [a vila] Casa de Misericórdia; a sua origem foi o zelo e a piedade dos fiéis vizinhos, por bula no ano de 1582. Tem alguma renda de terras, que lhe tem deixado a piedade dos Irmãos (...) e tem mais duas casas contíguas, em que algum enfermo o poderão remeter para a Misericórdia de Castelo Branco»

(MP, 1758: vol. 32, n.º 163, p. 983-988). É possível que a dita bula fosse, afinal, algum alvará régio desconhecido. Há, pois, que aceitar a referida data, já que o prospeto da capela local é típico dessa época e se sabe que esta Casa já funcionava no tempo dos Filipes;

- Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo: há quem afirme, conquanto sem elementos probatórios, que tanto a irmandade como a sua igreja da Misericórdia remontam a 1505, a partir de uma confraria do Espírito Santo que haveria na povoação. Parece, todavia, mais seguro aceitar a fundação por um alvará régio de 3 de julho de 1586. As *MP* dizem apenas que «Tem hospital, que é administrado por um religioso de S. João de Deus [...] Há também Casa da Misericórdia, porém [...] não consta da sua origem, porque como esta praça está fronteira à Espanha se diz que na invasão desta todos os papéis padeceram ruína» (MP, 1758: vol. 33, n.º 33, p. 214-214).
- Idanha-a-Nova, Segura: as *MP* informam-nos que esta vila tinha Casa da Misericórdia, fora dos muros da praça, mas nada mais avançam quanto às origens. É provável que estas remontem a cerca de 1600, pois que não só o edifício da respetiva igreja aponta para esse tempo como também existe um registo de óbito datado de 22 de abril de 1616 a dizer-nos que uma moradora local, Catalina Luís, falecera nesse dia com testamento e que foi enterrada na Misericórdia;
- Oleiros: sabe-se que houve um alvará régio de 20 de maio de 1578 a mandar anexar o hospital local à Misericórdia e consta ter havido um auto de posse a 4 de abril de 1584, mas este desapareceu. Antigo na Casa é um livro de registo de irmãos iniciado em 1634;
- Oleiros, Álvaro: a informação das *MP* é preciosa: «Tem Casa de Misericórdia, fundada no ano de 1597 em os 29 de julho por Catarina Garcia, viúva de Manuel Gomes Curado, e por seus filhos Bartolomeu Gomes Curado e Ana Curada da Vide, nas suas casas, por escritura feita pelo tabelião Mendo de Siqueira (...); e tem irmandade de cem irmãos, compromisso confirmado por Sua Majestade no ano de 1642» (MP, 1758: vol. 3, n.º 39, p. 301-312);
- Penamacor: dispomos de muito pouca informação acerca desta Santa Casa, pelo que nos valem, uma vez mais, das *MP*: «Está nesta freguesia [Santiago] a Santa Casa da Misericórdia, e mostra ser muito antiga, porque nos livros que nela há não consta quem foi o seu fundador, e somente em um livro de mil quinhentos e sessenta e sete tivera um hospital de Santo Lázaro, chamado antes hospital da Gafaria, e ainda hoje conserva um hospital chamado da Misericórdia (...) E em outro livro se acha que no dia vinte e nove do mês de Março do ano de mil seiscentos e noventa se erigiu nesta terra a irmandade dos Passos (...) que ainda hoje se conserva, para o que alcançaram Bula Pontifícia (...) e consta esta irmandade de um provedor, escrivão, capelão e doze mordomos e um andador» (MP, 1758: vol. 28, p. 934).
- Proença-a-Nova: desconhece-se a data exata de fundação. Parece que há referências num alegado alvará manuelino de 1513 que se reportará a uma casa caritativa do género, porventura, de uma albergaria. Dizem as *MP*: «Há um hospital, de cujo princípio não há memória, e só sim de que foi antigamente administrado pelo provedor e irmãos de uma albergaria que houve e se extinguiu pela ereção de uma misericórdia. Esta teve o seu princípio em o ano de 1549, como consta de uma provisão que se conserva do senhor rei D. João III, dada em Lisboa a 22 de outubro do dito ano» (MP, 1758: vol. 30, n.º 262, p. 1959-1968). Afora isto, a documentação mais antiga em arquivo é de 1557 (compromisso e licenças);
- Proença-a-Nova, Sobreira Formosa: as *MP* dizem-nos apenas que «Tem casa de Misericórdia, cuja origem é imemorial; tem de renda 124 alqueires de pão meado» (MP, 1758: vol. 35, n.º 197, p. 1441-1446). Já Silva Correia indica 1598, sem mais. O documento mais antigo em arquivo é de 1831, respeitante à eleição de irmãos, data esta demasiado tardia e que não se coaduna com as demais fontes;
- Sertã: existe em arquivo um compromisso de 1530 e um rol de provedores a partir de 1542. E dizem as *MP*: «Tem esta vila um hospital, que administra a Casa da Misericórdia. Tem esta vila casa de Misericórdia, que teve seu princípio de uma irmandade e pós el-rei D. Dinis foi constituída Casa de Misericórdia» (MP, 1758: vol. 10, n.º 276, p. 1881-1888). Silva Correia indica 1695 como ano de fundação; a UMP (2000), refere 1516 (!!!). Contudo, esta última data, a ter algum valor, seria decerto a do Compromisso cedido pela Casa-mãe de Lisboa;

- Sertã, Pedrógão Pequeno: são mais uma vez as *MP* que nos esclarecem acerca da fundação: «Tem a mesma [vila] hospital que administra a Casa da Misericórdia, à qual o uniu o Sr. Rei D. Sebastião. Tem dentro da vila, e junto da do hospital, Casa da Misericórdia, a qual se erigiu por provisão do dito Sr. el-rei D. Sebastião» (MP, 1758: vol. 28, n.º 106, p. 689-696). O livro mais antigo em arquivo vai de 1612 a 1667 (escrituras);
- Vila de Rei: Goodolphim e Silva Correia indicam o ano de 1581, data que parece aceitável em face da documentação paroquial conhecida e que a situa por volta desse ano. Estranhamente, a edição UMP / Melícias (2000) refere a data de 26 de março de 1948;
- Vila Velha de Ródão: As *MP* são taxativas: «Não tem hospital nem casa de misericórdia» (MP, 1758: vol. 40, n.º 264, p. 1623-1626). Tanto a documentação em arquivo como a UMP / Melícias (2000) apontam-lhe 4 de agosto de 1930 como data de fundação.

Ora, em face desta análise de conjunto de 30 Santas Casas, ao todo, no distrito, creio que será possível um exercício de sistematização, a partir do qual poderemos extrair algumas ilações: metade destas Casas de Misericórdia ignora os seus começos, não conseguindo aduzir ou reclamar uma data fundacional concreta; a outra metade, uma parte significativa reivindica datas que não consegue comprovar documentalmente, casos de Idanha-a-Nova, Monsanto, Proença-a-Velha, Salvaterra, Proença-a-Nova, Sertã e, no final, se verá se o caso do Fundão se deve integrar também neste grupo. A Santa Casa de Castelo Branco parece ser a única que reivindica e comprova uma datação recuada ao ano de 1514, no reinado de D. Manuel. Teria havido outras, de cuja criação não ficou memória escrita? É possível. Não deixa de surpreender o elevado número de Misericórdias espalhadas pelo atual concelho de Idanha-a-Nova, dez ao todo! E ainda há quem levante a hipótese de ter havido mais duas, em Penha Garcia e Zebreira, o que não se confirma. No global, verifica-se uma forte tendência (re)organizativa no período filipino, o que parece ir de encontro à tese de Isabel dos Guimarães Sá: «A boa fortuna das Misericórdias consolida-se em grande parte a partir dos Filipes» (Sá, I. G.). E, na verdade, centra-se nesses reinados boa parte das confirmações régias dos *compromissos* próprios das Misericórdias desta zona, que passam a constituir um símbolo de identidade local. É de registar ainda a existência de alguns casos concretos de influência fundacional a partir do culto ao Espírito Santo, por exemplo em Belmonte, Monforte da Beira, Salvaterra do Extremo, bem como da interferência de elementos ligados ao sector dos cristãos-novos: Idanha-a-Nova, talvez Idanha-a-Velha e Fundão.

## 5. FUNDAÇÃO DA SANTA CASA DO FUNDÃO

Como é do conhecimento geral – e este Congresso prova – a Santa Casa fundanense está a comemorar os seus 500 Anos, o que significa que teria sido fundada em 1516, uma data que no contexto geral pode ser considerada bastante “recuada”. Mas, há sempre um *mas...*, em face do que vimos anteriormente das outras 29 congéneres, é caso para nos interrogarmos, ao jeito de “dúvida metódica”: terá sido mesmo nesta data? Como é que surgiu esta cronologia? E que provas existem ou foram intentadas para se chegar a ela? Convenhamos que são questões muito pertinentes e que, em nome da verdade histórica e dos fundamentos desta instituição, importa debater.

Antes de mais, convém notar que os autores que se dedicaram ao estudo das origens, Goodolphim e Silva Correia, ambos incluem esta Santa Casa entre as de datas de fundação “ignoradas ou mal definidas”. Quanto aos autores locais – alguns que até foram diligentes provedores da Casa – também pouco conseguiram. José Germano da Cunha, um dos mais creditados e que tanto investigou acerca dela nos livros mais antigos que encontrou no seu arquivo, foi um deles. Ao tentar compor uma *Notícia histórica da Santa*

*Casa da Misericórdia do Fundão e seus caridosos benfeitores* (1870), já então se confessava de certo modo desiludido e algo baralhado com os resultados obtidos:

«A respeito da origem do hospital desta vila e da irmandade que o protege, pouco pude saber: nada há de positivo e terminante com relação aos nomes dos seus instituidores, nem às épocas de seus donativos e em que estes consistiram. Só parece que os seus instituidores foram o dr. Domingos da Cunha e sua mulher D. Brites, pela menção que deles se faz no art.º 31.º do Compromisso, que data de 1685 (...) É contudo evidente que, sendo o Fundão simples lugar, termo da Covilhã, baixou um alvará régio em 17 de Outubro de 1595, que concedia a esta irmandade usar do compromisso da de Lisboa, no que podesse ser» (CUNHA, J. G., 1892: 32).

Outro autor foi o Dr. Alfredo da Cunha, filho do precedente. E que disse ele? Acabou por não ir muito além da conclusão expressa pelo pai, intuindo, no entanto, que a Santa Casa já existisse «pelo menos desde o reinado do Cardeal D. Henrique» (1578-1580):

Estudando a documentação referente à Misericórdia fundanense, cheguei a concluir que ela se regera, até 1595, por um compromisso “muito velho e antigo” “confirmado pelos reis passados” (anteriores a Filipe II de Portugal), como se declara na petição do provedor e irmãos, em virtude da qual foi passado o alvará de 17 de Outubro do citado ano, que os autorizava a usar do Compromisso da Misericórdia de Lisboa, “naquelas cousas em que se lhe pode aplicar” (CUNHA, A., 1925, e 1944: 355).

Consultámos também o *Recenseamento dos Arquivos Locais – Câmaras e Misericórdias – Distrito de Castelo Branco* que diz assim:

Histórico: A fundação da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, cuja data exacta se desconhece, deve remontar aos finais do século XVI». E prossegue: «O documento mais antigo encontrado no espólio documental do Arquivo desta instituição é um alvará de 1582 [30 de Julho], pelo qual o Rei Filipe I determina que Jerónima de Sousa venda uma vara de terreno do seu quintal contíguo à parede da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (MONTEIRO, A., coord., 1998: 91)

Quisemos, entretanto, saber o que pensam outros autores que trabalharam sobre o Fundão. Diz-nos uma conservadora e museóloga que bem conheceu esta Casa, a Dr.<sup>a</sup> Clara Vaz Pinto: «É-nos desconhecida a data em que se constituiu a irmandade da Misericórdia do Fundão, mas podemos colocá-la com certa segurança no último quartel do séc. XVI» PINTO, C.V., 1991:16). Diz também o historiador e museólogo Dr. Mendes Rosa (2005: 34): «1516 (?) – «Ano eventual da fundação da Misericórdia do Fundão». «Alguns autores sustentam que a sua criação é mais tardia (1580)» (ROSA, J. M., 2005: 34). E até um creditado autor, o atual vice-provedor, Dr. Miguel Nascimento (2014: 118), escreveu:

Sabemos todos que existem muitas dificuldades na referência cronológica deste tempo e que é uma tarefa complexa identificar com rigor, entre outros, a data da construção do primitivo Hospital da Misericórdia. Existem, desde há muito, algumas abordagens interessantes que carecem de maior estudo e aprofundamento (NASCIMENTO, M., 2014: 118).

Ora, concordo em absoluto: «maior estudo e aprofundamento». E é exatamente isso que estamos aqui a tentar fazer. Pois bem, de fonte limpa e absolutamente segura, o que se apura é que existe na Santa Casa do Fundão um exemplar impresso d’*O compromisso da Confraria da Misericórdia* [de Lisboa], datado de 1516 e semelhante ao que existe noutras Misericórdias do país, em cuja página de rosto alguém inscreveu posteriormente as palavras “do Fundão”. Mas, atenção, facto muito importante: apura-se também que, apensa ao mesmo exemplar, existe uma folha manuscrita em que se podem ler claramente estas

palavras: «Este compremiso mandou trazer [subentenda-se de Lisboa] o doutor André Esteves no anno de 1586»; e ainda uma outra, em que um provedor escreveu: «Este Livro do compromicio achei por arrumar, e por me parecer conviniente o numerei no Alto de cada folha em 15 de maio de 1695. O provedor Francisco Rodrigues e Britto».

Por conseguinte, de posse destes preciosos informes e sobretudo do primeiro, parece-nos óbvia e inevitável uma conclusão: este Compromisso não “nasceu” cá e só cá chegou em 1586, trazido por alguém de cá que o obteve diretamente da Casa-mãe. Entretanto, levados por natural curiosidade, quisemos saber algo mais a propósito do ilustre intermediário: quem seria o citado Dr. André Esteves? E conseguimos. Com efeito, ele surge-nos com alguma frequência nos registos paroquiais do Fundão da década de 80 do século XVI. Era médico, natural de Penamacor, mas vivia no Fundão casado com Ana Lionel, de quem teve geração. Ela faleceu no Fundão, a 26 de agosto de 1590, enquanto ele veio a finar-se a 14 de junho de 1602, em Castelo Branco. Já quanto ao provedor Francisco de Brito, faleceu no Fundão a 28 de novembro de 1696, deixando por testamenteiros sua mulher, D. Maria Tavares Fontes, e seu filho desembargador, Francisco de Brito Homem, ficando sepultado em S. Francisco.

E em face do exposto, é-nos lícito congeminar a seguinte teoria: Antes de 1580 já havia Misericórdia no Fundão, mas esta regulava-se por um regimento interno, próprio; no ano de 1586, foi trazido de Lisboa pelo Dr. André, médico que serviria na Misericórdia fundanense, o exemplar impresso do Compromisso da Casa-Mãe, datado de 1516; depois disso, pediram os responsáveis locais autorização ao monarca para o poderem usar, o que seria concedido por alvará régio de 17 de outubro de 1595, vigorando quase um século. Chegados a 1685, encontrando-se esse documento já muito velho e desadequado, entenderam os mesários desse ano, com o Pe. José Álvares Gramacho como provedor, que ele deveria ser atualizado e elaboraram, então, «para melhor governo da Irmandade e serviço de Deus», uns “Estatutos”, exemplar esse bem conhecido. Dez anos depois, em 1695, sendo provedor desta Casa o supracitado Francisco de Brito, encontrando ele o velho Compromisso «por arrumar», já em desuso, arquivou-o cuidadosamente com nova capa e numeração de páginas.

Tudo indica, assim, que seja esse exemplar lisboeta de 1516, impresso nessa data por Valentym Fernandez e Herman de Kempis ou Campos, aquele que esta Santa Casa usou e tomou por referência como seu texto fundacional. A exemplo de quase todas as Misericórdias do reino, ele também chegou ao Fundão sim, mas apenas em 1586! Só que... ainda assim, levanta-se sobre ele mais uma questão: segundo informa o nosso amigo e probo investigador Dr. José Manuel Vargas, parece que o exemplar existente no Fundão não é de 1516, mas sim uma impressão contrafeita depois de 1540, talvez em 1543, conforme revelaram estudos incluídos no catálogo da exposição “Um Compromisso para o futuro”, patente na igreja de S. Roque de Lisboa (SCML, 2017). E, deste modo, até a data de 1516 fica posta em causa!...



Fig. 6 – Página de rosto do *compromisso* da Misericórdia de Lisboa (de 1516, impressão de 1543?), na qual foram posteriormente inscritas as palavras «do Fundão»

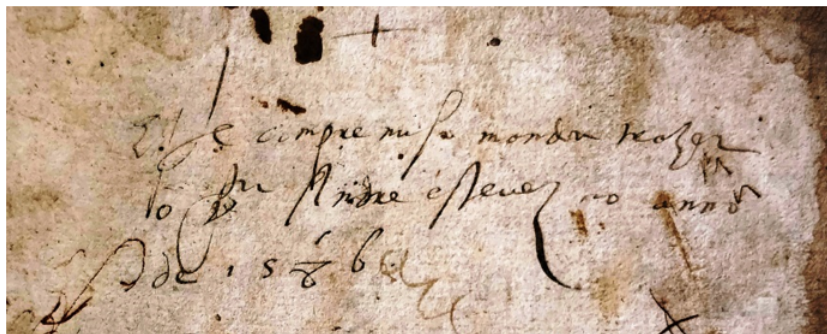


Fig. 7 – Nota apensa ao referido *compromisso* datada de 1586, ano em que o mesmo foi levado para o Fundão

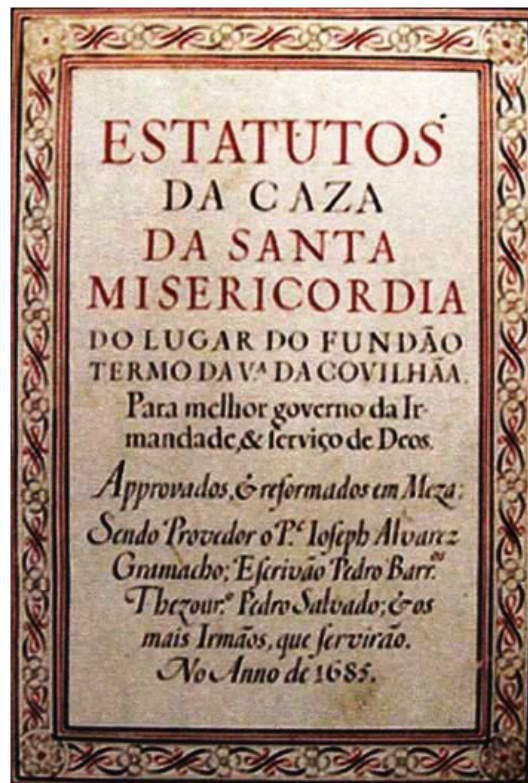


Fig. 8 – O exemplar de 1685 (N.B.: o Pe. José Álvares Gramaxo, aqui citado como provedor, faleceu no Fundão a 19.10.1700, sendo sepultado em S. Francisco)

Admitamos, contudo, que o exemplar do Fundão seja uma impressão autêntica, não contrafeita. Em face do que fica dito, como será possível manter a *fundação* da Santa Casa fundanense na data que a mesma tem vindo a apropriar-se? Por outras palavras, que provas temos nós de que em 1516 já existia nesta então aldeia ou lugar do Fundão uma Santa Casa da Misericórdia? E, se não existia nesta data, quando é que ela passou a existir? É certo que já estava reconhecida como tal em 1586; mas – pergunta-se – não poderia ter sido fundada antes? Procuremos então penetrar um pouco mais fundo na documentação, em busca de uma outra possível data.

Vimos atrás que a Santa Casa já era referida num alvará de 1582. Ora, podemos hoje recuar um pouco mais. O Dr. Mendes Rosa referiu no seu estudo citado que em 1560 decorria em Roma, «uma questão entre um antigo pároco do Fundão (Gil Fernandes) e um tal Álvaro Barreiros, talvez provedor da Misericórdia [sic], devido a eventuais ingerências da paróquia naquela instituição», uma questão que «duraria até, pelo menos, 1562». Se assim fosse, teríamos uma Santa Casa já instituída por volta de 1560. Mas parece que não. Álvaro Barreiros não se confirma como provedor, mas sim como prior do Fundão, que o foi até morrer (em 1577), pelo que a questão deveria ser outra, que não relacionada com este assunto da Misericórdia.

Das nossas investigações, o mais que conseguimos foi um registo paroquial da freguesia de S. Martinho do Fundão, de 1579, a testemunhar um enterramento na Misericórdia. Vem no livro de Mistos n.º 1, Óbitos, na fl. 370v., e diz que, no mês de Outubro de 1579, Heitor Lopes e sua mulher faleceram no mesmo mês e jazem na Misericórdia com testamento. É este o primeiro testemunho encontrado porque os assentos do Fundão só começam em 1578. Depois deste, há outros, caso de uma mulher (fl. 373), Maria Dias, moradora da rua de Galegos, que faleceu aos 15 de junho do ano de 1581 e fez



testamento, tendo sido seus testamenteiros os Irmãos da Misericórdia, e foi sepultada no adro da igreja.

Donde, para já, uma certeza nos fica: pelo menos em 1579, antes do domínio filipino, já havia Santa Casa do Fundão. Porém, se seguirmos atentamente os ditos assentos paroquiais e os relacionarmos com os acontecimentos sociopolíticos que tiveram lugar no Fundão por essa altura, designadamente o chamado “alvorço judaico”, creio que seja possível intuir algo mais. É que o peso e a influência dos cristãos-novos nesta terra eram grandes e não será de estranhar que este sector populacional tivesse então algum envolvimento na matéria. Vimos atrás um flagrante exemplo dessa interferência a propósito da Santa Casa de Idanha-a-Nova. Afirmou-o já também um autor que estudou esta matéria, António Maria Romeiro Carvalho (2015): «Não admira que muitos judeus e/ou cristãos-novos tenham aderido e ajudado a fundar Irmandades e Capelas da Misericórdia».

Ora, no caso de Fundão isto torna-se-nos também pertinente. Com efeito, examinando os seus registos paroquiais, surgem-nos múltiplos exemplos de indivíduos e famílias claramente identificados como cristãos-novos, alguns deles até perseguidos e condenados pela Inquisição, que são sepultados na Misericórdia e não na igreja, alguns deles com testamento. Começemos pelo caso do Heitor Lopes acima citado: dele não temos certezas, mas havia no Fundão nessa altura vários membros uma família Lopes, cristãos-novos, que são sentenciados na Inquisição de Lisboa. A 2 de agosto de 1581, é ali enterrado Jorge Rodrigues. Ora havia no Fundão um Jorge Rodrigues, que fora casado com Helena Henriques, cristã-nova (=XN), sentenciada em 1584. E muitos outros assim designados foram recebendo como última morada a Misericórdia: em 16 de março de 1588, uma filha de Gaspar Rodrigues; a 2 janeiro de 1593, a mãe de Gonçalo Rodrigues que. em 1580, era alfaiate, juiz da vila, tido por cristão-novo e, como tal, interveio no motim de 22 de Novembro; em 27 de janeiro de 1594, Marquesa Mendes, mulher de Diogo Nunes da Cunha, XNs; a 10 de outubro de 1594, Clara Henriques, mulher de Diogo Vaz mercador, XNs; a 5 de abril de 1629, Brites Rodrigues, irmã de António Fernandes o “Sete Cabeças”, XNs; em 8 de novembro de 1641, o “Sete Cabeças”, mercador no Fundão, que era filho de outro António Fernandes Cabeças e de outra Beatriz Rodrigues, todos XNs, denunciado em 1609 e preso em 1616, casado com Guiomar Henriques (XN também presa), ambos antepassados do poeta Fernando Pessoa; e em 30 de junho de 1644, a dita Guiomar Henriques. Enfim, o rol poderia continuar com outros Henriques, Fernandes, Nunes, Cunhas, que foram sendo sepultados na Misericórdia, alguns avoengos diretos do Poeta, cujas raízes nesta terra estão bem documentadas (SILVA, J. C. 2006: 15-41). Aliás, se a onomástica familiar tivesse funcionado à letra, pela varonia, ele teria por apelido Cunha e não Pessoa, a partir de seu trisavô Gaspar Pessoa da Cunha, XN nascido no Fundão em 30 de março de 1746.

Daqui a nossa concordância com Carvalho (2015: 202), quando este citado autor afirma: «É nossa hipótese, mais do que forte convicção, que os cristãos-novos não só contribuíram para as Misericórdias do Concelho de Idanha-a-Nova, como tiveram lugares na Mesa e/ou forte influência nelas. Mais que, de forma não declarada, isto é, não às claras, estiveram na base, foram motor, da fundação das ou de algumas das Misericórdias da Raia Centro e da construção das suas capelas». E o mesmo terá acontecido, com maior ou menor empenho, noutras terras da Beira como o Fundão, apesar dos impedimentos legais de esses indivíduos incorporarem as irmandades da Misericórdia.

Ao que consta por tradição, a primeira instalação terá surgido na zona da Quintã, num prédio que existiu na atual Rua da Misericórdia Velha, prédio esse identificado na foto infra com um portal em arco ogival, o qual foi demolido há bastantes anos e substituído pelos atuais n.ºs 24-26. Quanto à chamada “Misericórdia Nova”, igreja, irmandade e

hospital, junto à matriz, é obviamente mais tardia e foi sofrendo bastantes alterações ao longo dos tempos.



Fig. 9 – A chamada Misericórdia Velha



Fig. 10 – Misericórdia Nova (foto de c. 1906)

Numa tentativa de síntese final, deixo um quadro geral do que fica dito acima deixamos quadro sùmula da fundação de misericórdias na dita Beira Baixa.

Localidades	Aduzida	Comprovada	Provável/ proposta
Belmonte	1600	1611	1611?
Castelo Branco	1514	1514	1514
C.B. – Alcains	1742	1742	1742
C.B. – Monforte	?	1608	1608
C.B.-S.Vicente da Beira	?	1572	1572?
C.B. – Sarzedas	?	1590	1590?
Covilhã	1577	1539	antes de 1539
<b>Fundão</b>	<b>1516</b>	<b>1579</b>	<b>antes de 1579</b>
Fundão – Alpedrinha	?	1588	1588
Fundão – Castelo Novo	?	1584	a.1584
Fundão – Soalheira	1694	1694	1694
Idanha-a-Nova	1530	1630	2. <sup>a</sup> metade XVI
I.N. – Alcafozes	?	1741	a.1741
I.N. – Idanha-a-Velha	?	séc. XVII	a.séc. XVII
I.N. – Ladoeiro	?	1581	a.1581
I.N. – Medelim	?	1742	a.1742
I.N. – Monsanto	1500	1581	a.1581
I.N. – Proença-a-Velha	1500	1618	a.1618
I.N. – Rosmaninhal	1582	1582	1582
I.N. – Salvaterra	1505	1586	1586
I.N. – Segura	?	1616	a.1618
Oleiros	?	1578	a.1578
Oleiros – Álvaro	1597	1597	1597
Penamacor	?	1567?	1567?
Proença-a-Nova	1513	1549	1549
Sobreira Formosa	1598	?	finais séc. XVI
Sertã	1516?	1530	1530?
Sertã – Pedrógão Peq. <sup>o</sup>	?	?	2. <sup>a</sup> metade XVI
Vila de Rei	1581	1581?	1581?
Vila Velha de Ródão	?	1930	1930

Quadro 1 – Fundação de Misericórdias nas localidades beirãs  
(aduzida, comprovada, prováveis e proposta)

## A CONCLUIR

Em suma, conquanto fiquem por aclarar múltiplas facetas da história local / regional, prova-se que são bastante díspares as origens das Santas Casas de Misericórdia destas terras beirãs. Quanto à fundação desta Santa Casa do Fundão, e conforme ao que já dizia Germano da Cunha, há mais de 100 anos, a minha opinião é esta: a data de 1516 é somente a de um documento de Lisboa, Compromisso da Casa-Mãe, que não traduz necessariamente uma fundação, nem no Fundão nem em qualquer outra parte. E assim sendo, o mais que se pode afirmar é que a Irmandade fundanense surgiu sim, à imagem da congénere de Lisboa, em data incerta, porventura já na segunda metade do século XVI, beneficiando de uma conjuntura favorável e de um forte dinamismo local, a que não terá faltado o apoio do setor mercantil dos cristãos-novos.

Mas, que fique claro: esta foi uma abordagem que, pela sua especificidade e limitações, não pretendeu de forma alguma ser a última palavra sobre a matéria. Direi mesmo que, embora alicerçado em documentação sólida e metodologia tanto quanto possível rigorosa, as conclusões a que chegamos são por enquanto uma tese pessoal, que deverá ser objeto de crítica construtiva e de continuidade, em ordem ao apuramento definitivo da verdade. De resto, queremos registar que foi com muito agrado e muita honra que acedi ao convite para participar na realização deste evento, pois que com maior ou menor oportunidade, maior ou menor rigor histórico, ele pretende assinalar um tempo longo – 500 anos mais coisa menos coisa, que a cronologia exata é irrelevante e meio milénio de vida é muita vida!

Mercê de tal peso histórico, tem esta efeméride vindo a ser assinalada noutras cidades e vilas. Nalgumas houve já grandes festividades e manifestações; noutras optou-se também pela comemoração pelo livro, com publicação de estudos que assinalassem e permitissem um maior e mais sólido conhecimento da História Local. Agora, aqui, na cidade do Fundão, surgiu a iniciativa deste Congresso. Seria profundamente injusto para os instituidores e continuadores de todas as épocas, beneméritos, dirigentes, confrades, colaboradores e utentes, nada se fazer. Esta evocação é, por isso, também uma homenagem a todos eles, do passado e do presente. Evocação e investigação acabada? Obviamente que não. Há um desafio, retirado de uma máxima evangélica, que encontrei inscrito numa Santa Casa da Misericórdia e que aqui deixo: «*Quaerite et invenietis*». Procurai e encontrareis. Pela nossa parte, para este evento, fizemos o que podíamos. Parabéns, Misericórdia do Fundão.

#### BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, António Maria Romeiro (2015). Misericórdias do Concelho de Idanha-a-Nova. Judeus e cristãos-novos na sua fundação. In; Açafa On-line 10: 198-215.
- CORREIA, Fernando da Silva (1944). Origens e formação das Misericórdias Portuguesas. Lisboa: Henrique Torres.
- CORREIA, Manuel Antunes (1971). Subsídios para a História da Santa Casa do Fundão (séculos XVI-XVIII). Dissertação de licenciatura à F.L. Coimbra (policópia).
- CUNHA, Alfredo da (1925). A Santa Casa da Misericórdia do Fundão. Oficinas de O Comercio do Porto.
- CUNHA, Alfredo da (1944). Achegas para a História da Vila do Fundão. In: Subsídios para a História Regional da Beira Baixa. vol. II, tomo 3: 345-574., Castelo Branco.
- CUNHA, José Germano (1892, reed. 1992). Apontamentos para a História do Concelho do Fundão. Lisboa: reed. Jornal do Fundão Editora.
- GOODOLPHIM, Costa (1897, reed. 1998). As Misericórdias. Lisboa: Livros Horizonte.
- MELÍCIAS, Vítor (dir.) (2000). As Misericórdias de Portugal. Lisboa: UMP.
- MONTEIRO, Amadeu (coord.º) (1998). Recenseamento dos Arquivos Locais – Câmaras Municipais e Misericórdias. Vol. 10 – Distrito de Castelo Branco: IPCM / Ministério da Cultura.
- MP (Memórias Paroquiais). Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1758). vols. 1, 6, 18, 19, 24, 30, 32, 33, 34, 35, 39, e 40.

NASCIMENTO, Miguel (2014). Santa Casa da Misericórdia do Fundão: Uma marca social com 500 anos de História. In *Medicina na Beira Interior da Pré-história ao século XXI*. Cadernos, 28: 117-121.

PINTO, Clara Vaz (1991). O hospital da Santa Casa da Misericórdia do Fundão. In *Medicina na Beira Interior da Pré-história ao século XXI*. Cadernos, 3: 16-20.

ROSA, João Mendes (2005). *Fundão – História Cronológica*. Fundão: Câmara Municipal.

SÁ, Isabel dos Guimarães (1997). *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*. Lisboa: CNCDP.

SÁ, Isabel dos Guimarães (2001) *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte.

SCML (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) (1516). *O Compromisso da Confraria da Misericórdia*, per Valentym Fernandez e Hermam de Campos. Exemplar online: res-4405-v.

SCML (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) (2017). *Um Compromisso para o futuro. 500 anos da 1.ª edição impressa do Compromisso da Confraria da Misericórdia*. Lisboa: Publicações do Museu de S. Roque

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1998). *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos anos de História*. Lisboa: Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa.

SILVA, Joaquim Candeias da (2002). *Concelho do Fundão – História e Arte*. Câmara Municipal do Fundão.

SILVA, Joaquim Candeias da (2006). *A ascendência fundanense de Fernando Pessoa*. In: *Eburobriga*. Fundão. n.º 4: 15-42.

VICENTE, Maria da Graça (2015). *Povoamento e Propriedade entre o Zêzere e o Tejo (séc. XII-XIV)*. Lisboa: Colibri.

#### NOTA BIOGRÁFICA DO AUTOR

**Joaquim Candeias da Silva** é Mestre em História Moderna e Doutor em Letras (História) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi professor nos ensinos secundário e superior, orientador pedagógico e investigador, presentemente aposentado. Enquanto historiador tem-se dedicado em particular ao estudo da História Moderna portuguesa e das Áreas Regionais (incluindo o seu concelho – Fundão), tendo produzido até hoje dezena e meia de livros autónomos e já perto de três centenas de estudos e artigos, estes dispersos por jornais e revistas, assim como em livros de Atas e Memórias dos colóquios, jornadas, congressos e outros eventos em que tem participado. É membro, entre outras agremiações científicas, da Academia Portuguesa da História.